

**AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.579.818 - PR (2019/0267810-4)**

**RELATOR** : **MINISTRO RAUL ARAÚJO**  
**AGRAVANTE** : **FABIO ALESSANDRO PEREIRA COSTA**  
**ADVOGADOS** : **HELDER EDUARDO VICENTINI - PR024296**  
                  **MARCELLO PEREIRA COSTA - PR024311**  
                  **MILENA BARROS BREDAS E OUTROS(S) - PR070183**  
**AGRAVADO** : **VOLKSWAGEN DO BRASIL INDUSTRIA DE VEICULOS**  
                  **AUTOMOTORES LTDA**  
**AGRAVADO** : **VOLKSWAGEN DO BRASIL INDÚSTRIA DE VEÍCULOS**  
                  **AUTOMOTORES LTDA**  
**ADVOGADOS** : **ADRIANA D'ÁVILA OLIVEIRA E OUTROS(S) - PR028200**  
                  **MANUELA FERREIRA - PR057229**  
**AGRAVADO** : **SAVIVEL VEÍCULOS LTDA**  
**ADVOGADO** : **HARLEY ENÉIAS STANGE E OUTROS(S) - SP290261**

**DECISÃO**

Trata-se de agravo interposto por FÁBIO ALESSANDRO PEREIRA COSTA em desafio à decisão que inadmitiu recurso especial, este manejado com fundamento na alínea "a" do permissivo constitucional contra acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, assim ementado (e-STJ, fl. 474):

*"APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO DE RESCISÃO CONTRATUAL C/C PEDIDO DE DEVOLUÇÃO DE VALORES. JUÍZO DE PRIMEIRO GRAU QUE JULGOU IMPROCEDENTE A PRETENSÃO. APELANTE QUE ADQUIRIU VEÍCULO DA MARCA VOLKSWAGEN.*

- 1. Apelante que não comprovou qualquer manutenção em seu veículo feito em concessionária autorizada.*
  - 2. Apelante que não participou do recall preventivo, o qual era de graça.*
  - 3. Exigir do fornecedor o cumprimento dos termos avençados quando o consumidor os descumprir representaria manifesta ofensa ao sinalagma contratual, à boa-fé objetiva e à exceção do contrato não cumprido (exceptio non adimpleti contractus).*
  - 4. Ao decidir não participar do recall, bem como ao não fazer as revisões no tempo e de modo devidos, o consumidor assumiu o risco de sofrer os problemas encontrados em seu veículo.*
- RECURSO DE APELAÇÃO CONHECIDO E, NO 'MÉRITO, DESPROVIDO."*

Em suas razões recursais, o recorrente aponta violação dos arts. 489 do

CPC/2015 e 6º, VIII, 18, § 1º, II, e 26, II, §§ 2º e 3º do CDC.

Afirma a ocorrência de negativa de prestação jurisdicional, tendo em vista que o Tribunal de origem "*não sanou todas as omissões apontadas em sede de embargos de declaração*" (e-STJ, fl. 539).

Sustenta, ainda, ser "*indiferente o fato do recorrente ter ou não realizado as revisões do veículo em concessionária autorizada, posto que o recall não era só para os veículos que estavam dentro da garantia, e sim para todos os veículos que se enquadram na listagem de chassi divulgada*" (e-STJ, fl. 539/540), o qual indicava grupo de veículos que apresentaram defeito no motor.

Aduz que a ausência de manutenção dentro da concessionária não retira do agravante o direito ao recall e à garantia legal, mas apenas à garantia contratual, e que não foi respeitado o prazo de trinta dias para sanar o vício do veículo e, assim, pode pleitear a restituição da quantia paga.

É o relatório. Decido.

Inicialmente, observa-se que o exame da alegação de omissão no acórdão atacado esbarra no óbice da Súmula 284/STF, na medida em que não indicadas quais matérias a Corte local teria deixado de analisar e a respectiva importância delas para o deslinde da controvérsia.

Assim, fica caracterizada, no ponto, a deficiência na fundamentação do recurso, que impede a compreensão da controvérsia.

Noutro vértice, extrai-se dos autos que o agravante ajuizou ação de rescisão de contrato cumulada com devolução de valores, sob a alegação de que o veículo adquirido da agravada apresentou problemas no motor e, apesar de ter sido levado a reparo junto a ré, não foi entregue no prazo previsto, o que o obrigou a comprar outro automóvel. O magistrado de primeiro grau julgou improcedente a ação, sob os seguintes fundamentos (e-STJ, fls. 280/282):

*"Alega o autor que, em 13.05.2009, adquiriu da segunda ré um veículo da marca Volkswagen, modelo Fox 1.0, cor prata, 2008/2009, pagando o valor de R\$ 37.000,00 pelo bem.*

*Porém, afirma que maio de 2010 o veículo apresentou problemas no motor, sendo que, levado para reparo junto à segunda ré, foi informado que o caso era de troca do motor.*

*Assim, em 06.07.2010 o veículo foi deixado junto à segunda ré, mas não foi feito o reparo nem entregue no prazo previsto (30.07.2010), obrigando o autor a comprar outro veículo.*

*Invocando o disposto no art. 18, § 1º, inc. II, do CDC, pretende a rescisão do contrato de compra e venda e a devolução do valor pago devidamente acrescido de juros e correção monetária.*

*As rés, por sua vez, aduzem a culpa exclusiva do autor que negligenciou na manutenção do veículo e que foi efetuado o reparo no veículo.*

*Pois bem, de plano destaco que inexistente controvérsia nos autos a respeito do fato do motor do veículo comprado pelo autor ter apresentado defeito.*

*Resta, assim, averiguar se o caso se trata de vício do produto ou de negligência do autor na manutenção do veículo.*

*Compulsando os autos, tenho que os depoimentos das testemunhas de fls. 181-182 e 183-184 e o depoimento pessoal do autor à fl. 197, são esclarecedores a respeito dos fatos.*

*Afirmaram as testemunhas em juízo que o autor comprou veículo já com 900 km rodados e que, passado mais de um ano e com o veículo anotando aproximadamente 28.000 km rodados, retornou à loja da segunda ré reclamando sobre o defeito no motor.*

*Asseveraram que realmente foi constatado um problema no motor, mas que o autor não observou a rotina de manutenção do motor especificada pelo fabricante (revisões junto à concessionária autorizada e trocas de óleo recomendadas), motivo pelo qual o caso não estaria mais coberto pela garantia, tendo, ainda, a testemunha de fls. 183-184 afirmado que o problema encontrado no motor tratou-se de um desgaste, provavelmente decorrente da ausência da troca de óleo ou de óleo não homologado pela fábrica. Por fim, confirmaram que o reparo foi realizado (sem custos ao autor, diga-se) e comunicado o autor, mas que este abandonou o veículo junto à segunda ré.*

*O autor, ao prestar depoimento pessoal, confirmou que realmente não procedeu às revisões junto à concessionária autorizada, sendo que procurou um mecânico de sua confiança para a manutenção do veículo.*

*Ainda, disse que realmente foi informado pela segunda ré que seu carro estava devidamente consertado e a sua disposição, mas que não foi buscá-lo.*

*Assim, o que se pode afirmar com certeza, é que, embora não tenha havido uma ausência de manutenção do veículo, esta se deu de forma inadequada, à revelia das recomendações do fabricante, assumindo o proprietário de veículo que assim age o risco de sua conduta.*

*E posto que o autor agiu dessa forma, ganha relevo o depoimento*

*da testemunha de fls. 183-184 que afirmou que o caso não era de defeito no motor, mas de desgaste, tanto que o veículo foi reparado e está a disposição do autor.*

*Nessa linha, inexistiu o vício do produto alegado pelo autor na medida em que o veículo não resta impróprio ao consumo a que se destina, visto que está consertado e pronto para uso, mas somente que necessitou de reparos diante da inadequada manutenção que recebeu do autor.*

*Até mesmo quanto ao recall a que se refere o autor na inicial afirmam as mencionadas testemunhas que se referia apenas à troca de óleo mas que não foi atendido pelo autor, pois, como dito pelo próprio, preferiu recorrer a um "mecânico de confiança" para fazer a manutenção do carro.*

*Ou seja, além do recall não dizer respeito exatamente a um defeito no motor (v. também fl. 26), o autor ignorou tal chamado.*

*Entendo, dessa forma, que mesmo diante da inversão do ônus da prova, lograram as rés provar a inexistência do vício do produto alegado pelo autor, demonstrando que o caso foi, não de defeito, mas de desgaste do motor ocasionado pela inadequada manutenção do veículo."*

O Tribunal de origem manteve a sentença de primeiro grau e destacou, no que interessa (e-STJ, fls. 483489):

*"Primeiramente, é necessário deixar claro, conforme bem exposto pelas testemunhas e pelo próprio autor, que não restou comprovado nos autos qualquer manutenção do veículo feita pelo apelante no período entre a compra do veículo (13/05/2009) e o momento no qual o levou na concessionária (06/07/2010), quando o odômetro total já marcava 28.071km rodados, perante concessionária autorizada, condição sine qua non para a manutenção da garantia do veículo.*

*Veja-se que a apelada VOLKSWAGEN verificou em suas pesquisas que não encontrou registros das revisões periódicas no veículo em sua rede de concessionárias (seq. 1.26, p. 3), revisões estas que deveriam ter sido realizadas em conformidade com o manual do proprietário (seq. 1.27), isto é, a cada 10.000km.*

*Ou seja, a opção de deixar o veículo na concessionária, por mais de 30 dias, tentando e esperando uma solução amigável (sem custos), foi do apelante e não das apeladas (restou devidamente comprovado na prova testemunhal tais elementos -seq. 1.84.dos autos principais).*

*Nesta toada, é evidente que o apelante FÁBIO, ao prestigiar o trabalho de um "mecânico de sua confiança" em detrimento dos serviços oferecidos e prestados pelas concessionárias autorizadas,*

*assume o risco de suportar eventuais danos daí advindos, como bem observado pelo juízo da causa.*

*A bem da verdade, a instrução probatória permite concluir que o vício de fabricação apontado pelo 'recorrente sequer existiu, senão um desgaste (que, possivelmente, se origina da manutenção inadequada do carro), eis que o veículo foi devidamente reparado pelas -rés - conforme atestam as testemunhas - e está em condições de uso, ou seja, não pode ser considerado impróprio para o fim a que se destina.*

*[...]*

*Como se extrai do relatório, o apelante se apega ao recall efetuado pela montadora, no fim de 2009, para justificar a existência do vício de fabricação. Ora, do que consta nos autos, foi - de fato - realizado um recall*

*pela VOLKSWAGEN, mas para fins de troca de óleo dos veículos (vide testemunhos de fls. 181/164), preventivos, sem quaisquer custos aos proprietários dos veículos que foram alcançados pelo recall.*

*Porém, é necessário levar em consideração a utilização deste argumento, por parte do apelante, é inócua, já que deixou ele de se submeter ao recall proposto e amplamente divulgado pela segunda recorrida.*

*Aliás, em se tratando de troca de óleo, calha ressaltar, ainda, que, no mencionado período (13/05/2009 a 06/07/2010), nem mesmo uma simples troca de óleo foi realizada pelo apelante perante alguma concessionária autorizada, inclusive quando do recall, como visto.*

*[...]*

*Ora, ao decidir não participar do recall que foi solicitado pela montadora, bem como ao não fazer as manutenções esperadas (há prova nos autos referente à ausência das revisões periódicas perante concessionárias autorizadas), o consumidor agiu de forma negligente e assumiu o risco de sofrer os problemas encontrados em seu veículo, perdendo, além da garantia contratual, a mencionada garantia legal do CDC (diferentemente do que sustenta em seu apelo), nos termos do art. 12, § 3º, III, de tal codex [...]*

*Logo, conforme mencionado acima, havendo óbice intransponível ao reconhecimento da pretensão recursal - existência de excludente da garantia contratual, bem como não realização do recall proposto, hipótese à qual a narrativa do próprio apelante amolda-se -, o desprovemento do recurso é medida que se impõe."*

Como visto, o acórdão atacado afirmou que o agravante não realizou a

manutenção do veículo na concessionária autorizada, o que ensejou a perda da garantia contratual do veículo. Consignou que a opção de deixar o veículo na concessionária por mais de trinta dias foi do agravante, e não da agravada, e que não ficou caracterizado vício de fabricação, mas desgaste do veículo, que pode ter se originado da sua manutenção inadequada. Acrescentou, ainda, que houve recall realizado pela concessionária para fins de troca de óleo dos veículos, e não por vício de fabricação, do qual, todavia, não participou agravante.

Concluiu, ao final, que o agravante assumiu o risco de perder a garantia contratual por não fazer as revisões periódicas perante concessionárias autorizadas e, ainda, a garantia legal, diante da caracterização de culpa exclusiva do consumidor.

Assim, a revisão das premissas adotadas pela Corte local para acolher as alegações de que o recall tinha a finalidade de corrigir defeito no motor e de que a concessionária não teria respeitado o prazo de trinta dias para sanar o vício do veículo exige, necessariamente, o reexame do acervo fático-probatório dos autos, o que é vedado na via eleita, diante do óbice da Súmula 7/STJ.

Ademais, apesar de afirmar o agravante que ainda teria direito à garantia legal e que poderia pedir a restituição do valor pago, não se insurge contra o argumento central que lastreou o acórdão proferido pelo Tribunal de origem, isto é, a caracterização da culpa exclusiva do consumidor a ensejar o afastamento da referida garantia, o que caracteriza deficiência na fundamentação por inobservância da técnica própria e impede a análise do recurso, diante da incidência da Súmula 284/STF.

Diante do exposto, nos termos do art. 253, parágrafo único, II, b, do RISTJ, conheço do agravo para negar provimento ao recurso especial.

Com supedâneo no art. 85, § 11, do Código de Processo Civil, majoro os honorários advocatícios devidos ao recorrido de R\$ 1.300,00 (mil e trezentos reais) para R\$ 1.430,00 (mil quatrocentos e trinta reais).

Publique-se.

# *Superior Tribunal de Justiça*

Brasília/DF, 20 de novembro de 2019.

MINISTRO RAUL ARAÚJO

Relator